

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
PALÁCIO LEGISLATIVO "FRANCISCO ALMEIDA CARNEIRO"
C.N.P.J. 23.685.001/0001-12
PRAÇA CEL.LUIZ VIEIRA, S/N
Telefone – (98) 3471-2173
CEP: 65500-000 Chapadinho - Maranhão

PORTARIA Nº 01/2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA,
no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a resolução de nº 45/2012 e
68/2018 cumulado com o Art. 6º, XVI da Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações).

RESOLVE:

- I- DESIGNAR para compor a comissão de licitação da Câmara Municipal de Chapadinho os seguintes servidores: LUCYJANE DE SOUZA GOMES, CPF-000.212.713-05 (**Presidente**); MAGNO LOBO ALMEIDA, CPF-178.198.903-63(**Membro**) e JOSUÉ VIEIRA DA SILVA, CPF-215.703.293-20(**Membro**).
- II- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
- III- Revogam se as disposições em contrário.

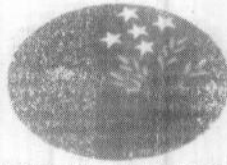
Registra se. Publique-se. Cumpra-se.
Chapadinho-Ma, 03 de Janeiro de 2022.

Antonio Nascimento Fernandes
Presidente

Antonio Nascimento Fernandes
ANTONIO NASCIMENTO FERNANDES

Presidente

Nº PROC. 001/2022
Nº PAG. 09
ASS. [Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
PALÁCIO LEGISLATIVO "FRANCISCO ALMEIDA CARNEIRO"
C.N.P.J. 23.685.001/0001-12
PRAÇA CEL. LUIZ VIEIRA, S/N
Telefone: (0xx98) 3471-2173
Cep.: 65.500-000 Chapadinda - Maranhão

PARECER JURÍDICO

SOLICITANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ASSUNTO: Processo administrativo de dispensa de licitação, tombado sob o n.º **03010937/2022 CMC**, destinado a Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de link de internet de interesse da Camara Municipal de Chapadinda.

EMENTA: PARECER JURÍDICO. ART. 72 DA Lp•I FEDERAL
14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES),

I.RELATÓRIO

O presente parecer discorre acerca da análise do Processo Administrativo tombado sob o n.º **03010937/2022**, enviado pela autoridade competente da Câmara Municipal de Chapadinda/Ma, inerente a **CONTRATAÇÃO** em tablado.

É o relatório.

Passo a opinar.

II.FUNDAMENTAÇÃO

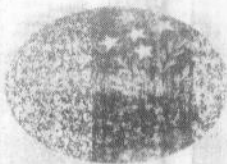
Vem a essa Assessoria Juridica, conforme autorização, para exame, o processo administrativo de dispensa de licitação N.º **03010937/2022**, que tem por objeto Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de link de internet interesse da Câmara Municipal de Chapadinda.

A respectiva contratação encontra-se devidamente justificada aos autos, cuja justificativa da contratação e preço, bem como escolha da empresa contratada conduzirem com as predisposições anotados no artigo n.º 14.133/2021, bem como jurisprudencia do Tribunal de Contas da União para esses casos, cumprimento, data maxima, vem, da responsabilidade da realização de procedimento licitatorio para concretizar a contratação em comento e em face da sua baixa relevancia financeira, conforme orçamento constate.

A pequena relevância economica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só a dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias e vessem ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.

Do Processo de Contratação Direta

N.º PROC 001/2022
N.º PAG 10
ASS [Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
PALÁCIO LEGISLATIVO "FRANCISCO ALMEIDA CARNEIRO"
C.N.P.J. 23.685.001/0001-12
PRAÇA CEL. LUIZ VIEIRA, S/N
Telefone: (0xx98) 3471-2173
Cep.: 65.500-000 Chapadinha - Maranhão

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

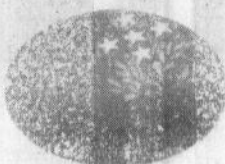
Portanto, analisando tais considerações, verifica-se que aos autos do processo constam todos os documentos capazes de circunstanciar o feito, em análise perfunctória dos fatos, consubstanciados ao mundo dos fatos, dentro da perspectiva almejada pela autoridade competente, na fuição em prol de contratação ãda por necessária, segundo o Poder Discricionário inerente a função publica desenvolvida pelo Agente Político que gerencia a pasta orçamentária Contratante.

Por fim, em pesquisa de preços realizada entre empresas do ramo, verificou-se que empresa **W.T.T. ALMEIDA-ME** ofertou o menor preço para a prestação dos serviços em tela, cumprindo precipuamente a prerrogativa de consulta aos preços de mercado, objeto da licitação. Corroborando o dito, anotamos abaixo jurisprudência do Tribunal de Contas da União que arremata, finalmente, a questão em tablado:

2. Nas contratações direta não há que se falar em direcionamento ilícito, pois a escolha do contratado é opção discricionária do gestor desde que satisfeitos os requisitos estabelecidos ao art. 26 da lei 8.666/1993: justificativa do preço, razão de escolha do contratado e, se for o caso, caracterização da

Nº PROC. 001/2014
Nº PAG. _____

ASS. _____



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
PALÁCIO LEGISLATIVO "FRANCISCO ALMEIDA CARNEIRO"
C.N.F.J. 23.685.001/0091-12
PRAÇA CEL. LUIZ VIEIRA, S/N
Telefone: (0xx98) 3471-2173
Cep.: 65.500-000 Chapadinho - Maranhão

situação emergencial Solicitação do Congresso Nacional motivou investigação em obras de recuperação e reconstrução de rodovias, obras de arte, escolas e postos de saúde em 48 municípios piauienses, realizadas com recursos federais em razão de situação de emergência ocasionada por fortes chuvas ocorridas no exercício de 2009. A fiscalização do TCU apontou indícios de irregularidade, entre outros, na condução de processos de dispensa de licitação por emergência da inidade técnica e teria havido fraudes, vez que a definição das empresas contratadas teria ocorrido antes da apresentação das respectivas propostas e das de outras empresas, caracterizando direcionamento das contratações e violação do princípio da isonomia. Ao dissonar dessa posição, o relator ponderou que a essência do instituto da contratação direta é justamente a escolha do futuro contratado pela Administração: *"Trata-se de opção do legislador com expresso amparo no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, em que se entende que o interesse público será melhor atendido caso a administração efetue contratações sem a realização de prévia licitação"*. Esclareceu ainda: *"Nessas situações, o princípio da isonomia tem a sua aplicação pontualmente afastada em prol de outros interesses públicos. No caso concreto, de acordo com o disposto no an. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, a urgência em atendimento de situações de calamidade pública provocou a necessidade de realização de contratações por dispensa de licitação. Em sendo assim, não vislumbro sentido em se falar em direcionamento ilícito para a realização de contratações diretas"*. O relator destacou também, ao analisar o caso concreto, que *"a existência de outras propostas de preços, além daquela contratada. Possui POR objeto justificar o preço a ser contratado. Não há que falar, como aponta a unidade técnica, na realização de um procedimento de disputa para se averiguar a proposta mais vantajosa. Caso assim fosse, não se estaria falando de despesa de licitação, mas de licitação propriamente dita"*. Concluiu o ponto afirmando não estar a irregularidade em tela caracterizada, pois os requisitos de que trata o art. 26 da Lei 8.666/1993 foram atendidos: justificativa do preço, razão da escolha do contratado e caracterização da situação emergencial. Acórdão 1157/2013, TC 011.416/2010-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 15.5.2013.


Inobstante a isso, destaque-se que se atine o gestor para, nas próximas contratações, observar o objeto preterido para fins de evitar o fracionamento de despesas do objeto em reclame, abstando-se de contratações isoladas, tendo o planejamento anual como prerrogativa de trabalho e arma da administração para uma Governabilidade pautada na excelência dos serviços públicos prestados, sobretudo na obtenção, sempre, de melhores vantagens à Administração Municipal, pautado na premissa do processo licitatório em detrimento a outras formas de contratação.

Por fim, recomendo que a Administração Municipal recomende a empresa que

Nº PAG

12

ASS


CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA
PALÁCIO LEGISLATIVO "FRANCISCO ALMEIDA CARNEIRO"
C.N.P.J. 23.685.001/0001-12
PRAÇA CEL. LUIZ VIEIRA, S/N
Telefone: (0xx98) 3471-2173
Cep.: 65.500-000 Chapadina - Maranhão

ofertou o melhor preço para a execução dos serviços, memorial detalhado dos custos unitários de cada item que compõe o orçamento, sobretudo no que é pertinente ao percentual de desconto aplicado aos valores do plano de Trabalho de Secretaria Contratante, base de preços e valores de premiação, constantes de gincanas e competições.

III. CONCLUSÃO

Assim sendo, após apreciação do procedimento, opino pela sua APROVAÇÃO tendo em vista encontrar-se dentro dos preceitos determinados ao bojo do artigo 72 da Lei Federal n. 14.133/2021, e demais artigos aplicáveis à espécie.

É o nosso Parecer Jurídico

As informações contidas nesse **PARECER JURÍDICO** são **CONFIDENCIAIS** (Artigos 153, 154 Do código Penal, c.c, art. 195 da Lei 9279/96 e Legislação Civil aplicável), protegidas pelo sigilo legal e por direitos autorais, podendo estampar os autos do processo licitatórios para o qual fora expedido. A divulgação, distribuição, reprodução ou qualquer forma de utilização do teor deste documento depende de autorização do emissor, sujeitando-se as sanções legais.

Chapadina-Ma 06 de janeiro de 2022.

Thaynnara Cristina da Silva Costa

Thaynnara Cristina Da Silva Costa

OAB 21.404

ASSESSOR(A) JURÍDICO

Nº PROC. 001/9092

Nº PAG. 13

ASS. 



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

Chapadilha - MA, 07 de Janeiro de 2022.

Ao
Setor de Contábil
Câmara Municipal de Chapadilha

Venho por meio deste solicitar informação sobre a existência de Dotação Orçamentária para Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de link de internet de interesse da Câmara Municipal de Chapadilha, com valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), conforme solicitação constante dos autos do processo administrativo nº 03010937/2022-CMC.

Atenciosamente,

Antonio Nascimento Fernandes
Antonio Nascimento Fernandes
Ver. Antônio Nascimento Fernandes
Presidente da Câmara

Nº PROC. 001/2022

Nº PAG 14

ASS [Assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

DESPACHO

Ao Ilmo. Sr.
Ver. Antônio Nascimento Fernandes
Presidente da Câmara
Nesta

Em atendimento ao Art. 72, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, informamos a Vossa Senhoria a existência de crédito orçamentário para atender as despesas objetivando a Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de link de internet de interesse da Câmara Municipal de Chapadinha.

A despesa será consignada à seguinte dotação orçamentária:

01.031.0001.2002.0000 - Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara; 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Chapadinha, 07 de Janeiro de 2022.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Na qualidade de ordenadora de despesas, declaro, para os efeitos do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que a despesa relativa à Contratação de empresa para fornecimento dos serviços de link de internet de interesse da Câmara Municipal de Chapadinha, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

Chapadinha - MA, 07 de Janeiro de 2022.

Atenciosamente,

Antonio Nascimento Fernandes
Antonio Nascimento Fernandes
Ver. ANTONIO NASCIMENTO FERNANDES
Presidente da Câmara